

MEMÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PARAÍBA: A EXPERIÊNCIA DO SEDUP NO PAJAS – PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A HISTORY OF YOUTH AND ADULT LITERACY IN THE STATE OF PARAIBA: THE EXPERIENCE OF SEDUP IN THE LITERACY PROGRAMME FOR YOUNG PEOPLE AND ADULTS (PAJAS)

Orlandil de Lima Moreira¹

RESUMO

Na história da educação no Brasil, a questão do analfabetismo se apresenta como um desafio permanente. Ações governamentais e da sociedade civil vêm sendo desenvolvidas no sentido de enfrentar essa realidade, tendo uma maior atenção a partir da segunda metade do século XX. O artigo busca refletir sobre a memória da experiência de alfabetização de adultos desenvolvida pelo Serviço de Educação Popular – SEDUP, através do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – PAJAS, realizado na região do brejo paraibano durante as décadas de 80 e 90 do século passado, com o intuito de compreender sua proposta metodológica e seus objetivos, assim como sua relação com os movimentos sociais da região.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação popular, Movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da educação no Brasil, a questão do analfabetismo se apresenta como um desafio permanente para a sociedade brasileira. Desde o início do Século XX, ações governamentais vêm sendo desenvolvidas no sentido de enfrentar essa realidade, tendo uma maior atenção a partir da segunda metade desse século, quando o governo decide enfrentar o analfabetismo como se fosse “uma chaga social”. Entretanto, apesar das várias iniciativas governamentais, o analfabetismo continuou presente na sociedade, em especial nas regiões mais pobres do país, atingindo aqueles segmentos sociais que sofrem de forma mais profunda as consequências das desigualdades sociais, a exemplo das populações do campo.

No Brasil, as oportunidades de acesso à educação sempre foram um problema crucial, seja para as crianças em idade escolar, seja para os adultos que não tiveram o direito de estudar quando crianças. Situação que foi se aprofundando ao longo dos anos,

¹ Sociólogo, Doutor em Ciências Sociais pela PUC/São Paulo, Professor do Departamento de Metodologia da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: dillmoreira@hotmail.com

gerando mais analfabetos. Estudo realizado pela UNESCO (2008) afirma que em decorrência dessa dificuldade de acesso à escola, até a metade da década de 50, 50% da população brasileira era analfabeta.

A década de 1940 do século passado pode ser considerada um marco importante para a alfabetização de adultos, quando se começam a esboçar as primeiras iniciativas para o enfrentamento dessa realidade educacional, com a implantação do Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação, em 1947. As campanhas de alfabetização iniciadas nesse período tinham como objetivo ampliar o acesso à educação às classes populares. A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, em 1947; a Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952; a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, iniciada em 1959; e a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo, em 1962, faziam parte dessa iniciativa para o enfrentamento do analfabetismo no Brasil.

Nos anos 1960, em pleno período de efervescência política, surgem novas práticas de alfabetização de adultos e de animação sociocultural, agora, desenvolvidas não só pelos governos, mas também pela sociedade civil, com os movimentos de educação e cultura popular. Iniciativa que vai se posicionar contrária ao modelo de alfabetização em curso, o qual tinha como principal objetivo “[...] integrar os adultos iletrados num mundo que a escola não lhes havia proporcionado [...]”, ensinando, fundamentalmente, leitura, escrita e matemática (MEDEIROS, p.03, 2005, UNESCO, 2008). Contrariando essa visão, o movimento de cultura popular apresentava outra perspectiva teórico-metodológica, no sentido de que a alfabetização se constituísse em uma ação educativa que fosse além do ensinar a ler e escrever; que desenvolvesse também, elementos que favorecessem a conscientização, ou seja, que os sujeitos participantes desse processo educacional pudessem ler também a realidade de pobreza na qual estava inserida a maioria dos analfabetos.

O desafio dessa nova perspectiva de educação, denominada de Educação Popular, teve como principal pensador o educador Paulo Freire, que apresenta como novidade no campo metodológico a compreensão da alfabetização de adultos “[...] para além da aquisição e produção de conhecimentos cognitivos, mesmo sendo estes necessários e imprescindíveis [...]” (MEDEIROS, p 03, 2005).

Esse movimento de educação e cultura popular de caráter emancipatório inspirou vários movimentos e ações educacionais na área da alfabetização e da cultura popular

durante a década de 60, a exemplo dos Centros de Cultura Popular - CPC, ligados à União Nacional dos Estudantes - UNE; o Movimento de Educação de Base – MEB, vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; a Campanha de Educação Popular – CEPLAR, desenvolvida na Paraíba; a Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler, realizada em Natal; e o Movimento de Cultura Popular de Recife - MCP.

Com a implantação do regime de 1964, as ações de alfabetização de adultos que vinham sendo realizadas por essas organizações e movimentos de cultura popular foram interrompidas pelo governo, inclusive o plano nacional de alfabetização que começou a ser preparado pelo educador Paulo Freire, por encomenda do governo federal. Esses movimentos só foram retomados na década de 1970, por iniciativa da sociedade civil.

Durante a década de 1970, com a retomada dos movimentos populares e sindicais com suas ações de protesto contra o regime militar, os movimentos de educação popular ganharam novamente visibilidade, destacando-se, como uma de suas ações nesse novo contexto político, a alfabetização de jovens e adultos. Nesse período, as iniciativas educativas no campo da alfabetização de adultos vão encontrar nos movimentos populares, movimentos sindicais e na Igreja Católica - na sua vertente da teologia da libertação - um espaço importante para essas experiências, as quais começaram a ser desenvolvidas fora do controle governamental, em sua maioria inspiradas na metodologia de alfabetização, de Paulo Freire.

Nesse artigo, busco refletir sobre esse movimento da Educação Popular e sobre a memória da experiência de alfabetização de adultos desenvolvida pelo Serviço de Educação Popular – SEDUP, com o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – PAJAS, realizado na região do brejo paraibano durante as décadas de 80 e 90 do século passado, com o intuito de compreender sua proposta metodológica, seus objetivos, as demandas a que procurava atender, assim como sua relação com os movimentos sociais da região.

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR

O SEDUP é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, fundada em 1981, no município de Guarabira/Paraíba, por iniciativa da Igreja Católica, através de D. Marcelo Pinto Cavalheira, bispo da Diocese da região episcopal do brejo paraibano.

Nessa região do brejo, o SEDUP surge com o objetivo de desenvolver uma ação educativa popular junto às pastorais sociais, comunidades eclesiais de base e organizações populares, na perspectiva do fortalecimento dos sujeitos populares.

Para construir a memória da ação de alfabetização de jovens e adultos desenvolvida por essa instituição, é fundamental resgatar a presença das organizações populares e seus atores nas experiências educativas desenvolvidas nesse período na região do brejo. Na década de 1970, no Brasil, assistimos a um processo de rearticulação dos movimentos sociais, momento em que se começa a romper com o regime autoritário iniciado em 1964. Através de um movimento subterrâneo de organização popular nos bairros periféricos, nas fábricas e nas áreas rurais, emergem novos sujeitos no cenário político brasileiro, trazendo para a cena pública, novos atores sociais, os quais passam a participar de movimentos políticos em favor da justiça social e da democracia.

A retomada dos movimentos sociais nos anos de 1970 é marcada pelo surgimento de vários movimentos sociais, alguns já conhecidos na sociedade brasileira, a exemplo do movimento sindical, com a realização de greves e mobilizações de massa. Nesse contexto, surgem também novos sujeitos sociais, que passam a se organizar e ocupar o cenário político, com novas temáticas e bandeiras de lutas, trazendo para a cena pública, outras demandas sociais, a exemplo da questão de gênero, meio ambiente, questões étnicas, educação, etc. (GOHN, 2003).

Nesse período, em função da ausência do Estado no enfrentamento ao analfabetismo, começam a surgir iniciativas da sociedade civil para a organização de grupos para o desenvolvimento de ações educativas de alfabetização de jovens e adultos, tendo como inspiração o método de alfabetização de adultos criado pelo educador Paulo Freire na década de 1960 do século passado. A colaboração dos movimentos populares, das pastorais da Igreja Católica e dos centros de assessoria popular, a exemplo do SEDUP, na região do brejo paraibano, foi fundamental para a organização desses grupos de alfabetização que se foram criando nesse período.

Ainda como nos anos 1960, as experiências de alfabetização de jovens e adultos surgidas na década de 1980, pelo Brasil afora, nasceram em um contexto de mobilização social. As primeiras iniciativas de Educação Popular para a alfabetização de jovens e adultos foram gestadas no interior dos movimentos sociais. As lideranças populares foram as primeiras a desenvolver a tarefa de alfabetizadores, com a colaboração dos centros de

assessoria popular, os quais realizavam as ações de capacitação para formar os educadores populares no domínio da metodologia freiriana de alfabetização de adultos.

Nesse sentido, a presença das lideranças populares dos movimentos sociais nas ações educativas de alfabetização, ao mesmo tempo em que contribuía para a alfabetização de pessoas jovens e adultas que não tiveram acesso à escola, favorecia também o processo de organização política dos subalternos, influenciando profundamente, na prática política e pedagógica dos movimentos sociais, denominada de Educação Popular, como sugere Brandão (BRANDÃO apud DOIMO, p. 129, 1995).

[...] é o nome dado [...] a todo tipo de prática de mediação que promove ou assessora os movimentos populares [...], cuja teoria desde Paulo Freire, faz a denúncia dos usos políticos da educação opressora e cuja prática converte o trabalho pedagógico do educador em favor do trabalho político dos subalternos.

Nessa reflexão de Brandão, dois aspectos importantes são levantados: o primeiro, quando destaca a contribuição da prática pedagógica popular à organização dos subalternos como ação fundamental para a retomada dos movimentos populares, visto que, nesse período, a sociedade brasileira ainda estava sob os efeitos políticos e ideológicos da ditadura militar. Em seguida, a influência dessa prática pedagógica na ação política dos movimentos sociais, através de uma metodologia que foi incorporada pelos movimentos como uma contribuição significativa para o processo de participação popular.

Na década de 1980, denominada por Gohn (2003) como a “era da participação”, presencia-se o fortalecimento dos movimentos sociais, assim como o surgimento de “novos movimentos sociais”, compondo a sociedade civil brasileira. Nesse período, desenvolve-se uma ampla mobilização social, com a presença de vários atores políticos denunciando a ausência de democracia e reivindicando o fim do regime militar; o qual só ocorre em 1985. Momento em que se inicia o processo de redemocratização, culminando com a promulgação da Constituição em 1988, conquista fundamental para a consolidação de um Estado democrático de direito.

Nesse novo contexto de participação social, a preocupação com a educação era um aspecto sempre evidenciado nas discussões dos grupos populares, trazidas principalmente, pelo movimento de educação popular, que, naquele momento, caminhavam junto com os movimentos sociais; como bem analisou Gohn, (1992, p. 45-

50) ao refletir sobre a relação da educação popular com os movimentos sociais nos anos de 1980.

Portanto, pensar sobre as experiências de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidas numa perspectiva da educação popular, significa desenvolver uma compreensão sobre essas iniciativas em estreita relação com os movimentos sociais, tendo estes um papel importante nessa ação educativa, principalmente, num momento em que o Estado brasileiro não dava uma atenção necessária à questão do analfabetismo.

Nesse período, na região do brejo paraibano, a realidade educacional apresentava altos índices de pessoas analfabetas, com destaque para a zona rural onde o acesso à escola era difícil. Situação que só favorecia a continuidade do analfabetismo, principalmente entre as pessoas jovens e adultas, contribuindo para aprofundar um quadro de dependência e clientelismo político presente na região, no âmbito do poder local.

O caminho para se contrapor a essa realidade foi a organização popular, a partir da mediação política e educativa desenvolvida pelo SEDUP junto às populações do campo.

A atuação do SEDUP no campo da alfabetização de jovens e adultos nasceu nesse contexto, no início da década de 1980, a partir da sua relação com os movimentos sociais da região, em especial com os movimentos sociais rurais. Nesse momento, a mobilização no campo encontrava-se efervescente, fazendo emergir na região várias frentes de lutas: luta pela terra, luta pelos direitos trabalhistas, luta por políticas agrícolas, luta pelos direitos das mulheres rurais, etc. Movimentos que vão constituir-se enquanto sujeitos coletivos protagonistas da experiência de alfabetização em estudo.

CONTEXTUALIZANDO O PROJETO PAJAS: UMA EXPERIÊNCIA EM ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No início dos anos 1980, quando se iniciou a experiência de alfabetização de jovens e adultos do SEDUP, vivia-se ainda sob o regime militar, com uma sociedade civil fragilizada, com os movimentos sociais e suas lideranças ainda sofrendo as consequências das medidas autoritárias dos governos militares.

Nesse período, a região do brejo vivia um clima de tensão social no campo: vários conflitos de terra se espalhavam pelo interior das grandes propriedades rurais, envolvendo trabalhadores rurais e proprietários de terras. Ameaçados de expulsão das

terras onde moravam e trabalhavam, os trabalhadores resistiam à expropriação e se organizavam para enfrentar as ameaças dos proprietários rurais, exigindo que desocupassem as terras onde moravam e trabalhavam.

Esse quadro social teve origem com o processo de expansão da plantação de cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível, incentivado pelo Programa PROALCOOL e pela plantação de capim para atender as demandas do desenvolvimento de projetos de criação de gado; ações que foram financiadas por programas governamentais (NOVAES, 1985; TOSI, 1986).

Ao mesmo tempo em que eclodiam os conflitos e as ações de mobilização no campo, presenciava-se a ausência de um sindicato que assumisse as lutas dos trabalhadores rurais como um órgão representativo das reivindicações e bandeiras de lutas dos trabalhadores. Nesse período, os sindicatos encontravam-se sob o controle do regime militar, não tendo uma atuação de mobilização e de defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Assumiam, como sua principal tarefa, as atribuições do FUNRURAL, cujo objetivo era o atendimento assistencial em relação à saúde.

As lideranças e dirigentes sindicais rurais, em sua maioria, exerciam forte vínculo com o poder local e com os grandes proprietários rurais, fortalecendo a política clientelística presente na esfera municipal. Para se contrapor a essa realidade, os trabalhadores rurais envolvidos nas comunidades eclesiais de base e pastorais da Igreja Católica organizaram as oposições sindicais e começaram a intervir de forma organizada no movimento sindical rural da região, com o intuito de mudar as direções sindicais e construir um “Sindicato de luta” - denominação que os trabalhadores atribuíam aos sindicatos que desenvolviam ações de mobilização em defesa dos direitos.

Um dos desafios das lideranças rurais nesse contexto de organização das oposições sindicais era a situação de analfabetismo que atingia a maioria das lideranças envolvidas na construção dos grupos de oposição sindical, que os impedia de participar como candidatos em uma eleição sindical. Realidade que se aprofundava a cada dia, em função da ausência do Estado na realização de uma ação educativa de alfabetização de jovens e adultos nas áreas rurais, onde o acesso à escola era quase impossível. As iniciativas que existiam nesse período para a alfabetização de adultos eram as escolas do Movimento Brasileiro de alfabetização - MOBREAL, projeto do governo federal criado em 1971, com funcionamento em todo o Brasil até o ano de 1985, quando se instalou a Nova

República. Mesmo assim, tal ação era insuficiente para atender aos trabalhadores rurais, por funcionar principalmente nas áreas urbanas.

A necessidade de as lideranças populares superarem o analfabetismo para participar das eleições sindicais como candidatos em chapas de oposição provocou a vontade e a urgência de se alfabetizarem. Foi nesse contexto que surgiu a iniciativa do SEDUP de desenvolver uma ação educativa de alfabetização junto aos trabalhadores rurais participantes dos movimentos sociais rurais da região do brejo - que mais tarde ganhou o nome de Programa de Alfabetização de jovens e adultos - PAJAS.

Tendo como perspectiva política o apoio às organizações das classes populares através de uma ação educativa popular, o SEDUP não se negou a essa tarefa, iniciando em 1983 os primeiros grupos de alfabetização de jovens e adultos na região do brejo paraibano junto a trabalhadores rurais. Atividade que se realizou com o objetivo de ensinar a ler as palavras e o mundo, na perspectiva de poder contribuir na ação política dos sujeitos envolvidos nos movimentos sociais da região, como sugeria Freire (2002, p. 59).

Aprender a ler e escrever se faz assim uma oportunidade para que mulheres e homens percebam o que realmente significa dizer a palavra: um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir e optar.

Os movimentos sociais, presentes no campo nesse período, tiveram papel fundamental, sendo suas lideranças os principais agentes de mobilização para a formação dos grupos de trabalhadores interessados em se alfabetizar. Os primeiros grupos que se formaram eram compostos por lideranças dos grupos de oposições sindicais que estavam se preparando para concorrer às direções dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, os quais se encontravam sob a tutela dos políticos locais e proprietários rurais.

Os educadores populares, ou monitores, como eram denominados os alfabetizadores, tinham participação ativa nos movimentos sociais e nas comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica – CEBs, trazendo consigo a perspectiva política adquirida na militância política e social. Como afirma Santos (2000, p. 08), em estudo sobre o PAJAS, quando se refere ao início da experiência.

Nascida para atender as necessidades de ler e escrever das pessoas engajadas nos movimentos assessorados pelo SEDUP, na época, mais especificamente, o público pertencente aos trabalhos acompanhados pelos setores de formação e assessoria sindical que tinha como principal objetivo colaborar com a formação sociopolítica, cultural e sindical das lideranças dos sindicatos de trabalhadores rurais, dos animadores de base da Igreja católica ou de outros movimentos, para atuarem melhor em seus grupos.

Tendo como objetivos desenvolver um processo de alfabetização de forma crítica e ser um elemento para o fortalecimento da participação social dos sujeitos envolvidos nos movimentos sociais do campo, a presença de lideranças como alfabetizadoras foi fundamental, no sentido de trazer para a sala de aula a realidade cotidiana dos trabalhadores rurais. Esse aspecto foi favorecido pelas opções teóricas e metodológicas assumidas pelo SEDUP para a construção da proposta de alfabetização, inspirada no pensamento pedagógico de Paulo Freire, com seu método de alfabetização citando anteriormente, quando participava do movimento de Educação popular na cidade do Recife, como relata Manfredi (1978, p. 115), em trabalho sobre a educação popular.

As primeiras experiências sistemáticas de alfabetização propriamente ditas foram levadas a efeito nos Centros de cultura do MCP do Recife, a partir de 1961. A estruturação do Sistema Paulo Freire veio a se efetivar mais tarde, com a colaboração da equipe que trabalhava por volta de 1962/63 no Serviço de Expansão Cultural da Universidade do Recife.

Para a realização do processo de alfabetização, foi criado um material pedagógico com o objetivo de auxiliar os educadores populares na sua atividade educativa, assim como os alunos no processo de aprendizagem. O material do educador era composto por um roteiro para apresentação das palavras geradoras de maior facilidade fonêmica e orientações para o planejamento das aulas; e por um segundo roteiro, para trabalhar as palavras com maiores dificuldades fonéticas e gramaticais²; além de um conjunto de cartazes com desenhos e escrita das palavras geradoras. As palavras eram escolhidas através de uma pesquisa do universo vocabular junto à realidade dos trabalhadores

² O roteiro é composto do passo a passo, com o objetivo de orientar as atividades a serem desenvolvidas nos encontros/aulas, com cada palavra geradora.

rurais, o que resultou na escolha de catorze palavras³. Para os alunos foram elaborados jogos de fichas de leitura e de escritas para fixação da aprendizagem.⁴

As aulas ocorriam em espaços cedidos pelos moradores das comunidades, onde aconteciam as atividades de alfabetização: associações, salões comunitários, casas de farinha, etc. As aulas aconteciam três vezes por semana à noite, quando os trabalhadores e trabalhadoras tinham condições de se deslocar de suas localidades para se juntarem em grupos para essas atividades.

O resultado dessa primeira experiência de alfabetização de jovens e adultos, desenvolvida na primeira metade dos anos de 1980, foi verificado através da participação de várias lideranças dos grupos de alfabetização nas chapas de oposição nos sindicatos de trabalhadores rurais da região. Realidade que pode ser observada também em experiências semelhantes de alfabetização de jovens e adultos, realizadas na região de Feira de Santana no estado da Bahia pelo Movimento de organização Comunitária - MOC. Como analisou Borges (1993, p. 16), em pesquisa sobre essa experiência.

O mesmo ocorre no trabalho com alfabetização de adultos, que é uma experiência nova para o Movimento de Organização Comunitária. Os trabalhadores se candidatam a uma diretoria de sindicato, alguns não sabem ler e escrever e aí veem que para ocupar os cargos de tesoureiro, de secretário, do próprio presidente eles precisam saber assinar o nome deles, saber fazer alguns cálculos. Outros não conseguem se eleger por serem analfabetos. Por conta do menosprezo que é dado, até mesmo pelos poderes públicos, à conservação da cultura dos analfabetos, eles se sentem inferiores.

Nesse período, aconteceram várias eleições sindicais nos municípios da região, sempre com a participação de pessoas dos grupos de alfabetização. Essas eleições ocorriam com forte presença dos políticos locais e proprietários rurais, que buscavam interferir no processo eleitoral, apoiando sempre as chapas que representavam a continuidade do modelo de sindicato comprometido com seus interesses. Para os trabalhadores rurais comprometidos com as lutas sociais, participar das eleições sindicais nesse campo de disputa acirrada e conquistar o sindicato - e transformá-lo em um instrumento de apoio as suas reivindicações e mobilizações - representou uma conquista

³ As palavras geradoras escolhidas foram: Panela, Tijolo, Alugado, Menino, Velhice, Abacaxi, Farinha, Remédio, Terra, Casamento, Cachaça, Assinar, Contrato, Classe.

⁴ As fichas são usadas pelos alunos em atividades de leitura e escrita na sala de aula.

importante para as ações reivindicativas que estavam em curso naquele momento na região (BERTOLAZZI, 1989).

Concluído esse primeiro momento de alfabetização das lideranças dos movimentos sociais do campo, o PAJAS deu continuidade às ações, ampliando-as para outros grupos, sempre com a mesma perspectiva metodológica e na sua relação com os movimentos sociais da região.

Ainda na década de 1980, a experiência se estendeu para outros municípios da região, como forma de atender a outros moradores de comunidades ainda não envolvidas nas ações de educação popular desenvolvidas pelo SEDUP, com destaque para os municípios da zona canavieira, região onde se concentrava um grande número de analfabetos, a exemplo dos municípios de Pilões, Serraria, Borborema, entre outros.

Nesse momento, assistia-se à emergência da luta pelos direitos, que eclodia na região, como parte de um processo de mobilização nacional pelo cumprimento dos direitos trabalhistas que estava em curso no Brasil, com destaque para a região Nordeste, nos estados produtores de cana-de-açúcar. Esse movimento trabalhista ganhou visibilidade política pelas greves que foram realizadas na primeira metade dos anos 1980, denunciando para o Brasil as condições de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores assalariados da cana.

Na Paraíba, a primeira greve ocorreu em 1984, na realização da primeira campanha salarial dos trabalhadores da cana, quando os usineiros e senhores de engenhos se recusaram a realizar um acordo trabalhista para a celebração do dissídio coletivo, sendo o mesmo julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho (MOREIRA, 1996).

Nesse contexto de mobilização e conflitos trabalhistas, o SEDUP, através de seus programas de educação popular, desenvolvia ações de educação e formação política junto às lideranças, sendo a alfabetização de jovens e adultos, uma das ações realizadas junto aos trabalhadores canavieiros, como forma de fortalecer e contribuir para a construção da cidadania desses sujeitos subalternos. Nesse sentido, vários grupos de alfabetização foram organizados, favorecendo, assim, a possibilidade de superar a situação de analfabetismo tão marcante entre os canavieiros.

Nesse processo de expansão, a experiência de alfabetização ganhou outros espaços onde a realidade do analfabetismo era mais visível, chegando aos bairros periféricos da cidade de Guarabira, com a maioria de sua população analfabeta, expulsa

do campo como consequência da expansão da cana-de-açúcar e da pecuária bovina. Vários grupos de alfabetização foram criados nesses bairros, onde também estava eclodindo as lutas populares pela melhoria das condições de moradia, saúde, educação, etc. Nesse contexto, a alfabetização de jovens e adultos se fez presente, juntamente com outras ações educativas de formação política, como parte do processo de construção da cidadania.

Outro espaço no município de Guarabira onde a ação educativa de alfabetização de jovens e adultos se desenvolveu foi o Presídio regional. Após ter tomando conhecimento da realidade de analfabetismo nessa casa de detenção, o SEDUP resolveu expandir a ação educativa popular para esses sujeitos sociais privados de liberdade. As aulas ocorriam no interior do presídio, em sala de aula instalada para este fim. O educador era um detento que, após um processo de capacitação realizado por educadores do SEDUP, passava a desenvolver a atividade de alfabetização. Em outro momento, por impossibilidade de o detento continuar a ação educativa, a tarefa passou a ser assumida por uma educadora do SEDUP⁵.

A década de 1990 representou um momento de expansão da ação de alfabetização de jovens e adultos, como demonstramos acima. Ainda na metade dessa década um novo desafio foi colocado para o SEDUP, no sentido de expandir a ação para as áreas de conflitos de terra localizadas nos municípios de Areia, Pilões e Serraria. Terras que foram desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e transformadas em assentamentos rurais. Para responder a essa nova demanda, o SEDUP fez um convênio com o INCRA e o Sistema Nacional de Emprego - SINE – para execução de um programa de geração de renda, que consistia na realização de ações educativas de capacitação e requalificação profissional, e na alfabetização de jovens e adultos junto aos trabalhadores rurais assentados nas áreas desapropriadas.

Nesse período, o PAJAS desenvolveu três linhas de ação, sendo a primeira a alfabetização direta, a qual se caracterizou pela ação de alfabetização diretamente nos grupos localizados nos vários municípios; a segunda, a formação de educadores, tendo como atividade a capacitação dos educadores populares através dos cursos sistemáticos; e a terceira, a sensibilização do poder público para o desenvolvimento de políticas

⁵ Devido ao bom desempenho da ação e a contribuição para os detentos em termos de cidadania, a atividade passou a ter a colaboração do poder público municipal para o pagamento da educadora, através de um convênio celebrado entre a prefeitura e o SEDUP.

públicas de alfabetização de adultos, desenvolvidas através de campanhas de sensibilização do poder público para tal realidade e denúncia da existência do analfabetismo na região.

O PAJAS chegou ao final da década de 1990 com um bom desempenho, conseguindo colocar em funcionamento 23 grupos distribuídos na cidade e em áreas rurais em diferentes municípios da região do brejo paraibano. A experiência com o programa de requalificação profissional e alfabetização lhes proporcionou ganhar o Prêmio Educação Para a Qualidade do Trabalho, de iniciativa do Ministério da Educação e Cultura - MEC – e o Prêmio Paulo Freire Especial, oferecido pelo Ministério do Trabalho - MTB, ambos em 1988.

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, CONSCIENTIZAÇÃO E CIDADANIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de alfabetização de jovens e adultos em tela apresenta como um dos seus principais aspectos a relação com os movimentos sociais. Essa realidade pode ser verificada em outras experiências desenvolvidas pela sociedade civil, seja na década de 1980, como relatada por Borges (1993) em sua análise sobre a alfabetização realizada pelo MOC, seja em experiências mais recentes, a exemplo do Movimento de alfabetização de adultos – MOVA, desenvolvido na cidade de São Paulo.

Portanto, uma experiência que se constitui em uma ação educativa importante no contexto da história da alfabetização no Brasil, com forte presença da sociedade civil, como sugere o estudo elaborado pela UNESCO (2008, p. 25).

No mesmo período, um movimento subterrâneo de rearticulação da sociedade civil e resistência ao regime militar organizou-se fora do controle governamental. Comunidades eclesiais de base, associações de moradores, organizações de trabalhadores urbanos e rurais e outros agrupamentos orientados por valores de justiça e equidade, e engajados na reconstrução da democracia, desenvolveram ações educativas que incluíam a alfabetização de jovens e adultos. As práticas educativas desses agentes se inscreveram na corrente que ficou conhecida como educação popular, filiada às concepções freiriana. A riqueza do legado construído nessa época influenciou na transição para a democracia, tanto a ampliação de direitos sociais e políticos como o desenho de programas de alfabetização desenvolvidos em parceria entre governos e organismos civis.

Nesse sentido, a prática educativa desenvolvida pelo PAJAS, nos seus vários momentos, se acosta a esse contexto de resistência, na perspectiva da conscientização proposta por Paulo Freire e da construção da cidadania. A experiência pode ser percebida em três fases, todas com a mesma orientação: uma primeira, quando de seu início, realizada com as lideranças rurais das organizações presentes no campo, tendo como objetivo alfabetizar para uma ação política; uma segunda fase, quando se expande para atingir outros sujeitos e amplia a experiência para além das lideranças, mas continuando na direção de alfabetizar e reforçar os movimentos sociais; e sua última fase, quando se expande ainda mais, passando a atingir não apenas moradores da zona rural, mas chegando também às periferias urbanas. Nesse momento, a alfabetização ganha um caráter também de qualificação profissional de trabalhadores rurais e urbanos, como relata o texto publicado na edição do prêmio Paulo Freire (PRÊMIO PAULO FREIRE, p. 4).

O PAJAS – que ensina a trabalhadores rurais a ler, escrever e despertar seu senso crítico – se uniu ao Programa de emprego e Renda, também desenvolvido pelo SEDUP, para requalificar a mão de obra local. A nova parceria gerou a realização de cursos de associativismo, cooperativismo, gestão de pequenos produtores, além de cursos técnicos de caprinocultura, fruticultura e horticultura.

Nessa trajetória, um aspecto relevante que propiciou a efetivação de uma ação educativa crítica, sem sombra de dúvida, foi a metodologia freiriana, à medida que possibilita aos sujeitos a construção de sua autonomia enquanto cidadão, tendo em vista que o método proporciona a participação efetiva dos educandos em todo o processo educativo, trazendo para a reflexão, nos momentos da ação cultural ou círculo de cultura, a realidade dos sujeitos participantes dos grupos, possibilitando-lhes uma leitura do mundo, de acordo com a perspectiva educativa de Paulo Freire.

A fala dos sujeitos participantes dos grupos de alfabetizados revela essa perspectiva de construção de uma leitura do mundo, quando se referem ao processo de alfabetização: “[...] ajuda a ter uma visão maior e mais noção do que está acontecendo e perceber melhor os problemas [...]”; “[...] Colabora para perceber os problemas políticos, essas coisas que a gente sabe que existe, mas às vezes a gente não percebe [...]” (Depoimentos de alunos).

Nos depoimentos acima, é possível perceber a importância que os sujeitos atribuem ao processo de alfabetização para a sua vida enquanto cidadãos, à medida que conseguem compreender o valor que tem o acesso à educação para a ampliação de sua visão de mundo. Daí, a relevância que tem a metodologia freiriana, por propiciar aos indivíduos, não apenas a leitura das palavras, mas também a leitura do mundo.

Nesse sentido, podemos afirmar que a experiência do PAJAS, nos seus vários momentos, buscou sempre assegurar, no seu processo de alfabetização, essa perspectiva política e metodológica crítica, trazendo sempre na ação educativa a realidade dos sujeitos para a reflexão como mediação para o processo de alfabetização. Dessa forma, a relação com os movimentos sociais também se apresenta como fundamental para assegurar uma perspectiva de mudança social presente nas experiências de alfabetização desenvolvidas por organizações da sociedade civil, como aponta estudo realizado pela UNESCO (2008, p. 56).

Durante a maior parte de sua história, a alfabetização de jovens e Adultos no Brasil esteve sob influência de pelo menos duas formas de conceber a relação entre educação e mudança social. A adesão a esta ou àquela concepção afeta o modo como se concretizam programas de alfabetização de jovens e adultos.

Ao assumir a direção da mudança social como contribuição da educação, o SEDUP fortalece a perspectiva emancipatória de alfabetização, modelo que se difundiu na sociedade brasileira através das ações educativas desenvolvidas pela sociedade civil, como sugere a UNESCO (2008). Trata-se de experiências de alfabetização que buscam, no seu processo de ensino e aprendizagem, garantir aos sujeitos a capacidade de exercer a sua cidadania de forma autônoma, capaz de intervir no espaço social em que vive, sempre buscando a transformação social, aspecto que foi possível identificar na experiência desenvolvida pelo PAJAS na região do brejo paraibano.

ABSTRACT

In Brazilian education history, illiteracy is presented as a constant challenge. Governmental and civil actions are being developed in order to face this reality, which has gained more attention since the second half of the 20th century. The article seeks to reflect about the memory of the experience of alphabetization of adults developed by the Popular Education Service (Serviço de Educação Popular - SEDUP), through the Youths and Adults Alphabetization Program (Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos - PAJAS), put into practice in the Brejo region of Paraíba state during last century's 1980

and 1990 decades, with the intent of understanding its methodological proposition and goals, as well as its links with the social movements of the region.

Keywords: Alphabetization. Popular Education. Social Movements.

REFERÊNCIAS

- BERTOLAZZI, A. **Novo sindicalismo no campo paraibano**: continuidades e mudanças. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1989.
- BORGES, C. Alfabetização de adultos como política educacional dos movimentos. **Cadernos CRH**, Salvador, n.18, p.76-116, 1993.
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relime-Dumará: ANPOCS, 1995.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10. ed. São Paulo: Paz e terra, 2002.
- GONH, M. G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2003.
- MEDEIROS, M. N. Educação de jovens e adultos como expressão da educação popular: a contribuição do pensamento de Paulo Freire. In: V colóquio Paulo Freire. **Anais...** Recife: [s.n.], 2005.
- MOREIRA, O. L. **O sindicato e a usina**: redefinindo relações – um estudo sobre as repercussões das lutas sociais dos canavieiros no município de Sapé (1984-1994). 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1996.
- NOVAES, R.R. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In: PAIVA. (Org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.
- PRÊMIO PAULO FREIRE. Educação e Trabalho. Brasília: MTB, FAT, FUTURA, Fundação Roberto Marinho, FIESP, SESI. 1998.
- SANTOS, L.L. **Alfabetização um instrumento para a formação da cidadania**: um estudo sobre a dimensão sócio-política do Programa de alfabetização de Jovens e Adultos da Associação SEDUP – PAJAS. 2000. Monografia (Especialização) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.
- SERVIÇO** de Educação Popular. Alfabetização é cidadania. Programa de alfabetização de jovens e adultos PAJAS. Assentamentos e comunidades rurais. Guarabira, [19--].
- _____. **Prêmio Educação para a qualidade do trabalho**. PAJAS. Guarabira, 1998.
- _____. **Relatório anual**. Guarabira, 1987.
- TOSI, G. **Terra e salário para quem trabalha**: um estudo sobre os conflitos sociais no brejo paraibano, 1986. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1986.
- UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil**: lições e práticas. Brasília, 2008.